



REALIZAÇÃO

APOIO

## AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (PMEs) DO SUDOESTE MINEIRO

**Elidia V. de J. RIBEIRO<sup>1</sup>; Karina E. SERRAZES<sup>2</sup>**

### RESUMO

O trabalho apresenta um estudo resultante das atividades dos Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, GEPLAGE – UEMG/Passos e GEPLAGE - UFSCar, da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, cadastrados junto ao CNPq e parceiros do GEPLAGE - IFSULDEMINAS/Muzambinho, relacionados ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) de cinco municípios do sudoeste mineiro, realizados pelos pesquisadores nos últimos quatro anos, com a finalidade de compartilhar expectativas, analisar suas potencialidades e dificuldades e discutir sua repercussão e possibilidades de aprimoramento.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação (PNE); Planejamento e Avaliação Educacional; Metas e Estratégias.

### 1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse ano de 2025 iniciamos as atividades do GEPLAGE – IFSULDEMINAS/Muzambinho (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação), com o intuito de desenvolver estudos e pesquisas voltados ao entendimento das políticas educacionais e suas implicações, da gestão e da relação entre Estado e Educação, em âmbito local, regional, nacional e internacionalmente, via institucional e rede de pesquisas.

Esse grupo de estudos está vinculado ao curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, mas realiza estudos e pesquisas em rede com o GEPLAGE – UEMG/Passos e GEPLAGE - UFSCar, da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, cadastrados junto ao CNPq, buscando contribuir para o fortalecimento de pesquisas na área e para a formação de novos pesquisadores da comunidade que deles participam, por meio de uma abordagem interdisciplinar.

Tendo em vista esses objetivos, o presente trabalho apresenta um estudo resultante das atividades dos grupos parceiros e aos estudos e pesquisas relacionados ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) de alguns municípios do sudoeste mineiro, realizados pelos pesquisadores nos últimos quatro anos, com a finalidade de compartilhar expectativas, analisar suas potencialidades e dificuldades e discutir sua repercussão e possibilidades de aprimoramento.

A escolha dos estudos referentes ao monitoramento e à avaliação dos Planos de Educação, em especial dos Planos Municipais de Educação (PMEs), se justifica pelo fato de que esses

<sup>1</sup> Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Passos, e-mail [elidia.ribeiro@uemg.br](mailto:elidia.ribeiro@uemg.br).

<sup>2</sup> Docente do IFSULDEMINAS – Muzambinho, e-mail [karina.serrazes@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:karina.serrazes@muz.ifsuldeminas.edu.br).

documentos constituem a base para a elaboração, análise e reorientação das políticas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal e estamos no momento de pós-finalização do PNE (2014-2024) e seus desdobramentos em planos estaduais e municipais e de discussão de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034 por intermédio do Projeto de Lei nº 2614, de 2024.

As ações de monitoramento e avaliação são importantes mecanismos de gestão das políticas públicas educacionais, que articuladas ao planejamento e voltadas à sistematização de informações acerca dos aspectos prioritários para sua efetivação e eficácia, deveriam promover e garantir a igualdade de condições quanto ao exercício dos direitos dos cidadãos, em especial do direito a uma educação de qualidade, o que pressupõe a diminuição das disparidades entre os sistemas de ensino e suas instituições educacionais. De acordo com Bastos a

[...] diversidade e a desigualdade social que caracterizam a sociedade brasileira, a constituição das políticas nacionais para a educação e a interferência internacional nessa agenda devem ser analisadas de forma conjunta para a compreensão do planejamento educacional. Os desafios que se impõem ao desenvolvimento do atual Plano Nacional de Educação (PNE) também estão presentes na constituição das políticas educacionais descentralizadas ou locais, embora as questões assumam outras proporções e particularidades (Bastos, 2016, p. 21).

As atuais políticas e planos de educação foram elaborados tendo como referência o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005, de 20 de junho de 2014 (BRASIL, 2014). Estabeleceu-se a partir desse documento, os planos estaduais e municipais de educação e por conseguinte, ações voltadas ao seu monitoramento e avaliação como a plataforma *PNE em Movimento* (2014), que disponibilizava orientações, materiais de apoio e dados para consulta dos respectivos entes federados. Santos e Scaff afirmam que:

Nas últimas décadas, o monitoramento e a avaliação de organizações, políticas públicas e programas estatais passaram a ter grande relevância para as funções de planejamento e gestão em todos nos três níveis de governo. A efetivação de tais mecanismos parte da necessidade de aumentar a transparência da ação estatal, referente à prestação de contas à sociedade sobre o desempenho dos programas (Santos; Scaff, 2021, p. 7).

Nesta perspectiva, as atividades de estudo e pesquisas dos grupos GEPLAGE, buscaram analisar os processos de monitoramento e avaliação dos planos de educação de alguns municípios do sudoeste mineiro, sendo eles, Capitólio, Cássia, Itaú de Minas, Passos e São Sebastião do Paraíso, identificando como as diretrizes e orientações do Ministério da Educação (MEC) tiveram ressonância em suas ações, quais as estratégias foram desenvolvidas e como têm sido acompanhadas e avaliadas com vistas à efetivação das metas propostas em cada um dos Planos Municipais de Educação (PMEs).

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

As pesquisas desenvolvidas pelos grupos de estudo e pesquisas parceiros se fundamentam

nos pressupostos e procedimentos das pesquisas bibliográfica e documental, tendo como materiais de referência os documentos oficiais, a legislação e os documentos e informações disponibilizadas nas plataformas governamentais na tentativa de verificar como as equipes responsáveis pelo acompanhamento das metas e estratégias dos planos de educação em nível federal, estadual e municipal conseguiram realizar o movimento de monitoramento e avaliação de forma periódica, até o final da vigência do PNE em 2024.

Dessa forma, este estudo foi desenvolvido a partir de um estudo bibliográfico e documental sobre o monitoramento e a avaliação dos planos de educação, em especial dos Planos Municipais de Educação (PMEs), com uma abordagem qualitativa, por intermédio de obras referenciais a respeito da temática selecionadas, das legislações e de documentos disponibilizados na Plataforma do *PNE em movimento*<sup>3</sup> (BRASIL, 2022).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultados do estudo sobre o monitoramento e a avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) dos municípios do sudoeste mineiro, Capitólio, Cássia, Itaú de Minas, Passos e São Sebastião do Paraíso, identificou-se que há muitos dados ausentes nos Relatórios dos Ciclos de Monitoramento no que concerne aos resultados alcançados, o que evidenciou divergências nos dados encontrados e dificuldades nos estudos analíticos, bem como em possíveis ações de intervenção e ajuste das metas e estratégias dos PMEs dos referidos municípios.

As divergências e a indisponibilidade de dados referentes a alguns indicadores de avaliação e monitoramento dos PMEs, a permanência de baixos percentuais em todos os relatórios dos ciclos, indicam que os gestores não desenvolveram as ações de monitoramento e avaliação de forma adequada e como parte de um único processo, no qual os dados coletados e analisados deveriam apontar para a necessidade de tomada de decisão, intervenção, ajustes ou redimensionamento das estratégias com o intuito de cumprir as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e em seus desdobramentos nos planos dos estados e municípios.

Essa realidade somada a outros fatores como as mudanças no governo, o estabelecimento de um teto de gastos, a pandemia de covid 19, a desestruturação de instituições e processos na área educacional entre os anos de 2019-2022 e a fragilidade do regime de colaboração e da participação da sociedade civil no acompanhamento dos planos de educação, impactaram a implementação dos planos de educação e possivelmente comprometeram o alcance de suas metas.

#### **5. CONCLUSÃO**

<sup>3</sup> A Plataforma PNE em movimento disponibiliza as legislações, relatórios de monitoramento, os planos subnacionais de educação, relatórios de monitoramento, situação das metas e outras informações. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> e <https://simec.mec.gov.br/pde/relatorioMonitoramento.php>.

Nos referenciais que utilizamos neste trabalho vimos que os planos de educação precisam ser monitorados e avaliados periodicamente, pois com base nos resultados obtidos nesses processos é possível verificar o que foi cumprido em relação ao inicialmente planejado, com o intuito de fazer os ajustes necessários, cumprir as metas propostas e consequentemente, aprimorar as políticas públicas educacionais e promover uma educação de qualidade.

Entretanto, a realidade apresentada pelos municípios mineiros pesquisados evidenciou uma grande deficiência no processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) e no próprio regime de colaboração entre os entes federados, o que impossibilitou o alcance das metas do PNE (2014-2024) e nos coloca hoje diante de muitos desafios no planejamento do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e de seus desdobramentos em planos estaduais e municipais.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, R. F. Sistemas Municipais de Ensino: a gestão das políticas educacionais do município de Serra/ES' 28/03/2016. Mestrado em Educação. Universidade federal do Espírito Santo, Vitória. Biblioteca Central UFES. Disponível em:[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3704501](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3704501). Acesso em: 06 mar. 2025.
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 12 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. PNE em movimento, Brasil, 2022. Disponível em:<http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 05 mar. 2025.
- FURTADO, R. A.; GOMES, V. L.; CASTRO, R. de F. S. R. de. O monitoramento e a avaliação da meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2014). **Revista Teias**, v. 23, n. 65, jan./mar. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v23n68/1982-0305-teias-23-68-0320.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.
- GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SANTOS, R.; SCAFF, E. A. da S. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação dos Municípios da Zona da Mata Mineira. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020173, 2021. Disponível em:<http://www.ufopa.edu.br/plataformadeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1659> . Acesso em: 5 mar. 2025.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.